



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE
Campus Camboriú

APOSTILA DE HISTÓRIA

Responsável pela organização deste material:

Tiago Botelho

Coordenadora do Pré-Vestibulinho 2017: Márcia Rodecz

Monitora: Maria Eduarda Balduino

Outubro/2017

Descobrimiento do Brasil

Em 9 de março de 1500, partia em Lisboa uma frota de treze navios, aparentemente com destino às Índias, sob o comando Pedro Álvares Cabral. A frota tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira em 21 de abril, no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro. Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia¹ bastante heterogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai.

Tentativas Iniciais de Exploração

O nome "Brasil" começou a aparecer em 1503. Associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil².

Entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi à extração do pau-brasil da Mata Atlântica, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, e os portugueses utilizavam-se do escambo³ pelo trabalho realizado.

Início da Colonização - As Capitanias Hereditárias

Nestes trinta anos, o Brasil foi atacado por holandeses, ingleses e franceses que tinham ficado de fora do Tratado de Tordesilhas⁴ e não reconheciam o mesmo. O medo de perder o território brasileiro levou a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra.

Portugal decide colonizar o Brasil a partir de 1530 devido à concorrência de outros países europeus no comércio de especiarias com o Oriente. No ano de 1530, Portugal enviou ao Brasil uma expedição comandada por Martim Afonso de Sousa (1530-1533) que tinha por objetivo patrulhar a costa, expulsar os invasores e explorar a terra, tendo em vista a sua ocupação. Para efetivar a ocupação do território em 1534, Dom João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias⁵ entregues aos chamados donatários, que tinham como missão colonizar, proteger, administrar o território e implantar o cultivo da cana de açúcar, tendo o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

Governo Geral

Com exceção das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras Capitanias Hereditárias fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência e ou ataques de índios. A partir disso Dom João III, em 1549, decidiu

¹ Termo usado para se referir aos povos indígenas nativos da América antes da chegada dos europeus.

² Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante, e a madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios.

³ Troca de peças e/ou objetos de pouco valor, como: tecidos, facas, canivetes, espelhos, apitos, chocalhos e quinquilharias.

⁴ Em 1494, o mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas (aproximadamente 1788 km) a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste a Portugal.

⁵ Sistema de administração territorial que consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas (linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas) e entregar a administração de particulares (principalmente nobres, comerciantes e burocratas que possuíam relações com a Coroa Portuguesa) com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganhou o nome de Capitanias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

estabelecer no Brasil o Governo Geral⁶, enviando ao Brasil como primeiro governador geral, Tomé de Souza o qual veio acompanhado dos primeiros jesuítas, que tinham o objetivo de catequizar os indígenas caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja, estreitamente aproximados. Obedecendo às instruções recebidas, Tome de Sousa empreendeu o longo trabalho de construção de Salvador⁷, capital do Brasil até 1763.

A fixação de um governo geral representou um esforço na organização e centralização administrativa da Colônia, mas isso não significou que pudessem exercer uma atividade muito abrangente devido à ligação precária entre as capitanias, limitadas ao raio de ação dos governadores. Nesse período também existiam as Câmaras Municipais que eram órgãos políticos compostos por ricos proprietários que defendiam os rumos políticos das vilas e cidades, sendo que o povo não podia participar da vida pública nesta fase.

Consolidação da Colônia

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer a Metrópole e ao comércio europeu gêneros alimentícios (açúcar) ou minérios de grande importância através de uma política de exportação de produtos em grande escala.

Escavidão

Diferentes formas de trabalho forçado predominaram na América espanhola, enquanto uma delas - a escravidão - foi dominante no Brasil. Primeiro houve uma tentativa de escravidão do índio e depois a do negro, que variou no tempo e no espaço. Os índios resistiram de várias formas, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho escravo. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa. A passagem da mão-de-obra indígena para a africana decorreu de alguns fatores: experiência anterior dos africanos com instrumentos de metal e grande lavoura; além de uma maior resistência a doenças.

Economia e sociedade Colonial

A base da vida social e da economia na Colônia giravam em torno da principal atividade econômica, a produção açucareira. Não se conhece a data em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil, mas foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martim Afonso incentivou a atividade açucareira: começou a plantar a cana e construíram-se engenhos em todas as capitanias. Os grandes centros açucareiros na Colônia foram Pernambuco e Bahia⁸.

O engenho constituía as plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. A estrutura social do engenho, começando pelos dois extremos: escravos de um lado, senhores de outro.

Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Os cativos realizavam um grande número de

⁶ O governo geral tinha o objetivo de garantir a segurança das capitanias distribuídas, impedindo a invasão e ocupação principalmente por franceses, incentivar o aumento da produção agrícola, além de cuidar da administração do país.

⁷ Devido sua posição geográfica estratégica.

⁸ Os fatores que contribuíram para isso são: climáticos (adequado regime de chuvas), geográficos (localização na região costeira e boa qualidade do solo), políticos (próximo de centros importantes) e econômicos (facilidade no escoamento da produção).

tarefas, sendo concentrados em sua maioria nos pesados trabalhos do campo. Os senhores de engenho tiveram um considerável poder econômico, social e político na vida da Colônia. Eles formavam uma aristocracia de riqueza e poder.

Entre os dois extremos de senhores e escravos ficavam os libertos e os trabalhadores brancos que trabalhavam em serviços especializados como artesãos (ferreiros, carpinteiros, serralheiros etc.) e mestres-de-açúcar. O grupo mais numeroso de homens livres cujas atividades ligavam-se ao engenho era o dos plantadores de cana e produtores independentes.

Além do açúcar destacou-se também a produção de tabaco e algodão. As plantações ocorriam no sistema plantation, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de uma única cultura. O Pacto Colonial imposto por Portugal estabelecia que o Brasil só pudesse fazer comércio com a metrópole.

Expansão Territorial e o Ciclo do Ouro

Foram os bandeirantes⁹ os responsáveis pela ampliação do território brasileiro, além do Tratado de Tordesilhas, foram esses que penetraram no território desconhecido à procura de índios para aprisionar e jazidas de ouro e diamantes. Em 1695, no Rio das Velhas, ocorreram as primeiras descobertas significativas de minas de ouro. Durante os quarenta anos seguintes, foram encontrados ouro em Minas Gerais, na Bahia, Goiás e Mato Grosso.

A exploração de metais preciosos nas regiões auríferas (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) provocaram uma corrida do ouro, gerando uma corrente imigratória para o Brasil e principalmente para estas regiões. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram à média, anualmente cerca de 8 a 10 mil pessoas¹⁰, procurando trabalho na região.

A economia açucareira do Nordeste já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro, e foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava, dada a ampliação da procura. A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção do governo português no esforço para arrecada tributos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos. De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto¹¹ e o da capitação¹².

A economia mineradora também gerou uma articulação entre áreas distantes da Colônia. O trabalho dos tropeiros foi de fundamental importância neste período, pois eram eles os responsáveis pelo abastecimento de animais de carga, alimentos e outros mantimentos que não eram produzidos nas regiões mineradoras. O gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do Sul, vieram o gado e as mulas, necessários ao carregamento de mercadorias.

Em termos administrativos, o eixo da vida da Colônia deslocou-se para o Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas. Em 1763, a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio.

Revoltas

⁹ Preavam índios no sertão com o objetivo de utilizá-los como escravos nas lavouras de alimentos de SP.

¹⁰ Pessoas das mais variadas condições, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas, aventureiros e desempregados de outras localidades partiram em busca do sonho de ficar rico da noite para o dia.

¹¹ Imposto: determinado de que a quinta parte (20%) de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei, sendo cobrado nas Casas de Fundição.

¹² Imposto cobrado por cabeça de escravo.

Surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência¹³, na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos da Metrópole, ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados. Podemos citar os movimentos de revolta regional como: a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

- Inconfidência Mineira (1789):

A inconfidência mineira foi articulada por homens da elite de Minas Gerais, incluindo intelectuais, grandes negociantes, elementos do clero e até membros da administração colonial. A razão imediata foi a ameaça, em 1778, do governador de Minas Gerais, de realizar a derrama¹⁴. Uma conspiração foi articulada por um grupo de intelectuais de Vila Rica¹⁵, muitos dos envolvidos deviam somas enormes à Fazenda Real e previam a adesão da população de Minas à revolta caso a derrama fosse executada.

Alguns conspiradores chegaram a esboçar um projeto de emancipação política inspirados no sucesso da independência norte-americana. A ideia era fazer a independência de Minas e proclamar uma república cujo lema em latim, era *Libertas quae será tamem* (“Liberdade ainda que tardia”).

A derrama foi suspensa em março, desaparecendo o principal motivo para a adesão popular ao movimento. Porém houve uma denúncia um dos membros da conspiração denunciou a conjuração ao governador, fornecendo os principais envolvidos. Muitos inconfidentes foram presos e interrogados o único a ser executado na forca foi Joaquim José da Silva Xavier¹⁶, na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1792, e depois esquartejado.

- Conjuração dos Alfaiates (1798):

Conhecida como Conjuração Baiana, nela estiveram envolvidos membros dos grupos populares como alfaiates, soldados e ex-escravos, além de poucos intelectuais. Em 12 de agosto de 1798, foram colados panfletos em diversos pontos de Salvador, com as mais variadas reivindicações: aumento da solda¹⁷ das tropas, liberdade do comércio com outros países, combate ao preconceito contra negros e mestiços e, o que mais incomodou as autoridades, a intenção de se proclamar uma República Bahiense, em que todos teriam “liberdade, igualdade e fraternidade”¹⁸. As autoridades colônias logo partiram para a repressão do movimento. Muitas prisões foram realizadas e vários suspeitos foram processados, a sentença de quatro condenados foi praticamente idêntica: enforcamento seguido de esquartejamento. A ferocidade da repressão se deveu a condição popular dos acusados

Vinda da família Real para o Brasil

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter consequências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa.

¹³ Tinham a ver com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local.

¹⁴ Medida de cobrança de todos os impostos atrasados de uma só vez.

¹⁵ Atual Ouro Preto – MG.

¹⁶ Conhecido como Tiradentes.

¹⁷ Salário.

¹⁸ Lema da Revolução Francesa de 1789.

O Príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil¹⁹. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu umareviravolta²⁰ nas relações entre a Metrópole e a Colônia.

Abertura dos portos

O governo de D. João que tomou medidas que mudaram a posição que o Brasil ocupava no Império Português. A Carta Régia assinada em Salvador determinou a abertura dos portos as nações amigas com pagamento de imposto de 24% sobre seu valor, determinado para qualquer porto o produto do Brasil.

Essa medida rompeu o monopólio dos portugueses sobre o comércio colonial, os comerciantes locais ficaram muito satisfeitos enquanto os portugueses se viram prejudicados, por perderem a exclusividade na intermediação entre os mercados coloniais e europeu.

D. João ao assinar os Tratados de 1810²¹, concedeu privilégios econômicos à Inglaterra, reestabelecendo os valores dos impostos sobre as mercadorias, ficando com 15% para a ingleses, 16% para os portugueses e 24% para os demais países.

Administração de D. João

O governo de D. João instituiu os órgãos públicos, como ministérios e tribunais, criou-se o Banco do Brasil e a casa da moeda, fundou-se o Jardim Botânico e o Teatro Real, organizou-se a Academia Militar, a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Real (futura Biblioteca Nacional). Liberou-se a tipografia, permitindo que se criassem jornais e se editassem livros.

Revolução Pernambucana de 1817

A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. A isso se somava as ideias de liberdade e independência que circulavam na Europa e na América.

De um lado do movimento estavam senhores rurais que desejavam instalar um Estado independente, um autogoverno nordestino sem o controle centralizado dos portugueses sediados no Rio de Janeiro. De outro, os indivíduos livres pobres que queriam por fim aos altos preços dos produtos. Dezenas de populares, entre os quais padres, militares, comerciantes e intelectuais, organizaram-se para libertar-se do domínio português e instalar um regime republicano em Recife.

Os revolucionários tomaram o Recife e implantaram um novo governo que proclamou a República e estabeleceu a igualdade de direitos entre os cidadãos, à liberdade de imprensa e a tolerância religiosa, mas a escravidão foi mantida. Mesmo com a adesão de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, avançando com a revolta pelo sertão, os revolucionários

¹⁹ Já existia um plano de Portugal de transferir a sede do governo português para o Brasil antes mesmo da existência de Napoleão. Por isso não pode ser considerado uma fuga.

²⁰ Interiorização da metrópole.

²¹ Destaque para o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e a Amizade.

acabaram cercados e derrotados pelas tropas reais, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Os líderes do movimento foram presos e executados acabando assim com o movimento que durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste.

Volta de D. João para Portugal

Com a derrota definitiva de Napoleão, em 1815, o governo de D. João restabeleceu relações diplomáticas com a França e os demais reinos até então ocupados pelos exércitos napoleônicos. Em dezembro do mesmo ano D. João efetivou a elevação do Brasil de colônia portuguesa para Reino Unido de Portugal e Algarves, porém isso causou insatisfação aos súditos em Portugal, que se viam ameaçados por serem igualados aos ex-colonos.

Com a morte da Rainha D. Maria I, em 1818, o príncipe regente foi coroado rei com o título de D. João VI; em 1820, estourou a Revolução Liberal do Porto²², o movimento instalou uma nova Junta Governativa²³, que convocou as Cortes Gerais²⁴.

O movimento defendia o retorno de D. João VI a Portugal, frente aos acontecimentos políticos ocorridos em Portugal e buscando garantir sua coroa, o rei voltou a Portugal em 1821, deixando seu filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil. As medidas decorrentes do Vintismo, buscando assegurar a hegemonia de Portugal no império, produziram insatisfação entre os deputados do Brasil e contribuíram para acelerar o processo de independência política do Brasil.

A independência do Brasil

A corte portuguesa e o próprio D. João VI, começaram a fazer pressão para que o príncipe regente também voltasse para Portugal. Porém D. Pedro recusou e decidiu, em 9 de janeiro de 1822, permanecer na América²⁵.

Enquanto os integrantes da Corte portuguesa defendiam uma monarquia constitucional para Portugal, inspirada no liberalismo, pensando em rebaixar o Brasil à condição de Colônia, que possuía antes de 1815. Foi nessa altura que, como reação às tentativas de recolonização, começou ganhar corpo entre as elites brasileiras a proposta de independência, inicialmente no Rio de Janeiro.

Em 3 de junho de 1822, D. Pedro convocou eleições provinciais para compor uma Assembleia constituinte para o Brasil, demonstrando que estava disposto a enfrentar Lisboa.

O ato que marcou o rompimento definitivo com Portugal foi, porém o decreto assinado em 1º de agosto, definindo como inimigas todas as tropas enviadas de Lisboa sem o seu consentimento. Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a independência o famoso Grito do Ipiranga. O Brasil passava a ser único país independente da América a ter um regime monárquico.

As lutas pela independência

Para garantir a independência do Brasil e a unidade imperial, D. Pedro precisou vencer e expulsar as tropas portuguesas que se opunham ao rompimento, conter as forças separatistas e controlar grupos minoritários da elite contrários ao projeto monárquico. Em dezembro de 1822, D. Pedro foi coroado imperador com o título de D. Pedro I, oficializando o regime monárquico brasileiro.

²²Ou Vintismo, que se iniciou na cidade do Porto, em Portugal.

²³ Composta de deputados representantes dos diversos povos do Império português (africanos, asiáticos, americanos, além dos portugueses).

²⁴ Cujas tarefas eram elaborar uma nova constituição.

²⁵ O episódio ficou conhecido como Dia do Fico.

A capitania da Bahia foi a que mais resistiu à independência, pois ali se concentrava a maior parte das tropas portuguesas, os portugueses acabaram derrotados e expulsos em 2 de julho de 1823. Nos meses seguintes foram vencidas as tropas metropolitanas estabelecidas nas províncias do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e na Cisplatina em novembro de 1823. Estava garantida a unidade territorial do Brasil independente sob o comando de D. Pedro I.

O novo Estado

A criação do novo Estado nacional implicava um amplo conjunto de mudanças a ser realizadas nas instituições do período colonial. Por isso, logo após o 7 de setembro de 1822, as autoridades se reuniram para organizar leis e a administração do Brasil independente, por meio de uma Constituição. Para tanto foi formada, em maio de 1823, uma Assembleia Constituinte²⁶.

A Assembleia elaborou um projeto de constituição no qual a soberania do Poder Legislativo²⁷, a quem estavam subordinados tanto o Poder Executivo²⁸ como as forças armadas. D. Pedro I, contrário à tentativa de limitação de seu poder, ordenou o fechamento da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823.

Constituição de 1824

Após dissolver a Assembleia Constituinte, D. Pedro I em conjunto com o Conselho de Estado²⁹ escrevem a primeira Constituição Brasileira; que estabelecia uma monarquia hereditária tornava a religião católica como religião oficial do Brasil e subordinava a Igreja ao controle do Estado e o estabelecimento de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. (Colocar quadro da p. 184)

A Constituição de 1824 também definiu leis para o processo eleitoral no país. De acordo com ela só poderiam votar os grandes proprietários de terra, do sexo masculino e com mais de 25 anos. Para ser candidato também era necessário comprovar alta renda (400.000 réis por ano para deputado federal e 800.000 réis para senador).

Confederação do Equador

As províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará formaram, em 1824 a Confederação do Equador. Era a tentativa de criar um estado independente e autônomo do governo central. A insatisfação popular com as condições sociais do país e o descontentamento político da classe média e fazendeiros da região com o autoritarismo de D. Pedro I foram as principais causas deste movimento.

Em 1824, Manuel de Carvalho Pais de Andrade tornou-se líder do movimento separatista e declarou guerra ao governo imperial. O governo central reagiu rapidamente e com todas as forças contra as províncias separatistas. Muitos revoltosos foram presos, sendo que dezenove foram condenados à morte. A confederação foi desfeita, porém a insatisfação com o governo de D. Pedro I só aumentou.

Guerra Cisplatina

Os habitantes da província da Cisplatina iniciaram um movimento o objetivo de se separar do Brasil no qual pretendiam adotar o regime republicano. A localização da província era estratégica para o contato com as províncias brasileiras do interior.

²⁶ Composta por 90 deputados pertencentes à aristocracia (grandes proprietários, membros da Igreja, juristas, altos funcionários públicos).

²⁷ Deputados e Senadores

²⁸ O Imperador

²⁹ Formado por dez membros nomeados pelo Imperador.

D. Pedro I deu grande importância ao fato, iniciando uma reação que levou à falência os cofres públicos além de grande número de mortes. O Brasil saiu derrotado e teve de reconhecer o Estado independente, como o nome de República Oriental do Uruguai.

Declínio do Primeiro Reinado a Abdicação de D. Pedro I

O descontentamento com o Imperador, devido, principalmente, por seu autoritarismo deixou a situação mais insustentável. Além disso, as revoltas e movimentos sociais de oposição foram desgastando, aos poucos, o governo imperial.

O assassinato do jornalista Líbero Badaró, em fins de 1830, aumentou a atmosfera de insegurança. Em 15 de março de 1831, no Rio de Janeiro, os conflitos entre portugueses e brasileiros culminaram na Noite das garrafadas³⁰. Derrotado D. Pedro I não resistiu, em 7 de abril, optou por abdicar do trono brasileiro em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade, nomeando José Bonifácio como tutor.

Segundo Reinado - Período Regencial

Para contornar a situação, os deputados presentes no Rio de Janeiro decidiram escolher um governo provisório um período regencial, que durou até 1840, quando foi proclamada a maioria do imperador D. Pedro II, que contava cerca de quinze anos.

As rebeliões

Em meio à instabilidade política do período regencial, as rebeliões regionais cresceram, a maioria delas foi liderada por membros das classes médias urbanas e outras camadas da população que reagiam contra a política das elites agrárias. Tais movimentos com condenavam a excessiva carga de impostos e a situação de miséria em que se encontravam a maioria da população livre, reivindicando maior acesso à vida política.

As rebeliões do período que se destacam são a dos Papaméis³¹, Insurreição Malé³², Cabanagem³³, Sabinada³⁴, Balaiada³⁵ e Revolução Farroupilha³⁶.

Ciclo do café

Na segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro, sendo também muito consumido no mercado interno. As fazendas de café eram montadas à semelhança das tradicionais áreas de produção de açúcar, em grandes propriedades e com mão de obra escrava. Com o desenvolvimento da cafeicultura, o sudoeste consolidou-se como centro econômico do país, enquanto os proprietários das fazendas produtoras – os barões do café – ganhavam importância na vida econômica e política do segundo Reinado. As mansões da Avenida Paulista refletiam bem este sucesso. Boa parte dos lucros do café foi investida na indústria, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo o processo de industrialização do país.

Fim do tráfico negreiro

Na segunda metade do século XX, as relações escravistas entraram em declínio, um dos impulsos decisivos para isso foi o fim do tráfico negreiro entre África e Brasil. Os ingleses haviam liderado o tráfico negreiro no século XVIII, porém suprimiram o tráfico e passaram a

³⁰ Atos de protesto em que brasileiros atacaram os portugueses com pedras e garrafas que organizavam uma recepção na chegada do imperador de uma viagem a Minas Gerais

³¹ Em Pernambuco (1832-1834)

³² Na Bahia (1835)

³³ No Pará (1835-1840)

³⁴ Na Bahia (1837-1838)

³⁵ No Maranhão (1838-1841)

³⁶ No Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1835-1845)

convencer outros países a fazerem o mesmo. As primeiras pressões, do governo inglês, para o fim da escravidão no Brasil iniciaram-se em troca do reconhecimento da independência. D. Pedro I comprometeu-se a abolir o tráfico, compromisso que, após a abdicação, foi reafirmado por uma lei regencial assinada em 7 de novembro de 1831. Tal compromisso só se efetivou em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz.

Imigração

A extinção do tráfico negreiro entre África e Brasil foi o primeiro grande problema enfrentado pela cafeicultura no Brasil, pois dificultava a continuidade da expansão da produção. Havia terras, mercado para consumir, mas faltava mão de obra o que provocou sérias dificuldades produtivas à cafeicultura.

Uma das soluções encontradas pelos fazendeiros e governantes para solucionar a escassez de mão de obra na lavoura foi estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil. Muitos imigrantes europeus, principalmente italianos, chegaram para aumentar a mão de obra nos cafezais de São Paulo, a partir de 1850. Além de buscarem trabalho nos cafezais do interior paulista, também foram para as grandes cidades do sudeste que começavam a abrir muitas indústrias.

Revolução Praieira

A Revolução Praieira foi uma revolta liberal e federalista que ocorreu na província de Pernambuco, entre os anos de 1848 e 1850. Dentre as várias revoltas ocorridas durante o Brasil Império, esta foi à última. Ganhou o nome de Praieira, pois a sede do jornal dirigido pelos liberais revoltosos (chamados praieiros) situava-se na Rua da Praia.

Guerra do Paraguai

Conflito armado em que o Paraguai enfrentou a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) com apoio da Inglaterra. Durou entre os anos de 1864 e 1870 e levou o Paraguai a derrota e a ruína.

Fim da escravidão

Desde o início, no século XVI, a escravidão foi considerada legítima, tanto do ponto de vista moral e religioso quanto econômico. Entretanto, a partir da primeira metade do século XIX, as transformações econômicas e sociais que o Brasil e o mundo passavam, fizeram crescer os questionamentos acerca do modelo escravista de produção. Como resultado das pressões pelo fim da escravidão, surgiram as seguintes leis:

- Lei Eusébio de Queiróz (1850): extinguiu oficialmente o tráfico de escravos no Brasil.
- Lei do Ventre Livre (1871): tornou livre os filhos de escravos nascidos após a promulgação da lei.
- Lei dos Sexagenários (1885): dava liberdade aos escravos ao completarem 65 anos de idade.
- Lei Áurea (1888): assinada pela Princesa Isabel, aboliu para sempre a escravidão no Brasil.

Proclamação da República

À medida que o império ia descontentando grupos e segmentos da sociedade, a alternativa republicana ia ganhando fôlego, fortalecido a partir do final da Guerra do Paraguai. No início da década de 1870, foram fundados inúmeros clubes e jornais que defendiam a República,

como sinônimo de progresso, liberdade e igualdade, aos poucos as províncias passaram a apoiar os projetos republicanos.

A impopularidade do Império gerou o golpe de 15 de novembro de 1889 derrubou a Monarquia e deu início à República, isso provocou grandes mudanças no Brasil. Apesar da tranquilidade dos acontecimentos, sem confrontos armados ou derramamento de sangue, os primeiros anos de vigência do novo regime seriam marcados por intensas divergências políticas e vários conflitos sociais.

Após o 15 de novembro, três diferentes grupos passaram a disputar o poder cada qual com um projeto para a República: o oligárquico, o militar e o democrático. Os líderes militares e civis que encabeçaram o golpe de 15 de novembro estabeleceram o governo provisório, cujo primeiro presidente foi o marechal Deodoro da Fonseca.

Dentre as primeiras medidas do governo republicano, foi à convocação de uma Assembleia Constituinte³⁷ para elaboração da primeira Constituição Republicana, no que determinou a separação do Estado e da Igreja, estabeleceu o voto direto e universal para os cidadãos, homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, instituiu-se o casamento, a adoção de uma nova bandeira, estruturou o Estado em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. De acordo com a nova lei, o Brasil passou a se chamar República dos Estados Unidos do Brasil.

A República da Espada (1889-1894)

- Deodoro da Fonseca (1891)

Na primeira eleição presidencial, coube aos integrantes do Congresso Nacional³⁸, Deodoro da Fonseca foi eleito, Floriano Peixoto foi escolhido como vice-presidente. O resultado deu origem a sucessivas crises políticas durante o mandão de Deodoro, que desembocaram no fechamento do Congresso pelo presidente. O fechamento do congresso provocou, além de intensas reações por parte do exército, o levante da Marinha, que exigia a renúncia do presidente. Diante das pressões e por temer uma guerra civil, Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo em novembro de 1891, o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu, dessa forma, a Presidência da República.

- Floriano Peixoto (1891-1894)

O vice chegou à Presidência fortalecido com o respaldo das elites agrárias e do Congresso, reaberto logo após a sua posse. O apoio do governo ampliou-se com a adoção de várias medidas populares, como a diminuição dos impostos sobre a carne, o controle do valor dos aluguéis e a construção de casas populares.

A consolidação da República no Brasil foi conseguida graças à atuação do marechal Floriano Peixoto, que, durante o seu governo, enfrentou com sucesso às ameaças à unidade republicana. Por isso foi chamado de “consolidador da república” e “marechal de ferro”.

Política do café com Leite

Os coronéis eram donos do poder em suas terras, mas a política em cada estado era controlada pelas oligarquias mais influentes. Em geral dependia delas a concretização de muitos favores que os coronéis prometiam aos seus eleitores, como a construção de um hospital ou de uma escola.

³⁷ Composta em sua maioria por representantes dos senhores de terra e militares.

³⁸ Antiga Assembleia Constituinte.

Os cargos políticos federais mais importantes, como o de presidente da República e os de ministro da Fazenda e da Justiça, eram dominados por representantes das oligarquias paulista, mineira e gaúcha, demonstrando a força que tinham esses estados durante a Primeira República. Particularmente São Paulo e Minas Gerais, economicamente mais poderosos, conseguiam impor uma política de favorecimento dos seus interesses. A hegemonia de paulistas e mineiros na /presidência da República ficou conhecida como política café com leite.

Os governos oligárquicos (1894-1930)

Foi um período de governo comandado por políticos vindos de famílias de grandes latifundiários, principalmente das ricas famílias cafeicultoras do estado de São Paulo. O governo do paulista Prudente de Moraes (1894-1898) inaugurou a chamada República das Oligarquias³⁹, seguido por Campo Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919).

O período compreendido entre 1919 e 1930 caracteriza-se pela crise da política oligárquica. Na década de 1920, porém, mudanças significativas abriram espaço para o fortalecimento de novos grupos sociais, com militares, as classes médias urbanas setores organizados dos trabalhadores, que reivindicavam a participação no poder. O resultado foi a Revolução de 1930, movimento armado que colocou fim na hegemonia das oligarquias.

Política dos Governantes

O objetivo desse arranjo era evitar os choques entre os governantes estaduais e a união e garantir o poder para os grupos mais fortes no interior de cada estado. Veja como funcionava:

- Os grupos dominantes em cada estado apoiaram o governo central;
- Em troca, o governo central não reconhecera, nos estados, a vitória dos candidatos à Câmara ligados a oposição;
- Para esse acordo funcionar, era preciso que a situação vencesse sempre nos estados. A saída foi criar a Comissão de Verificação dos Poderes, controlada pelo Executivo federal. A comissão, encarregada de examinar as atas das eleições, fazia a “degola” dos candidatos da oposição que tivessem vencido.

A política dos governadores fortaleceu o poder local, exercido pelos chamados coronéis. Em geral grandes proprietários de terras, os coronéis controlavam os eleitores em seu município de influência. Como o voto era aberto, a maioria dos eleitores ficava sujeita às pressões exercidas por esses chefes políticos locais. Em troca de favores, como um emprego na fazenda ou na cidade, roupas ou materiais de construção, os eleitores acabavam votando nos candidatos indicados pelos coronéis.

Referências:

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História: O longo século XIX**. São Paulo: Saraiva 2013.

VICENTINO, Cláudio. **História 9º ano**. São Paulo: Scipione, 2011.

VICENTINO, Cláudio. **História 8º ano**. São Paulo: Scipione, 2012.

³⁹ *Oligarquia* é um termo de origem grega que significa governo exercido por poucas pessoas, pertencentes a um grupo social dominante ou uma família poderosa.